

**Elisângela Fernandes Semedo**

Tema:

**A URZELA E A SUA IMPORTANCIA NA ECONOMIA DAS ILHAS DE  
CABO VERDE (séc. XVIII-XIX)**

Trabalho Científico do Fim do Curso Apresentado ao ISE para a Obtenção de  
Grau de Licenciatura em Ensino História, sob a orientação do Mestre Arlindo  
Mendes

Aprovação

O Júri

---

---

---

Praia \_\_/\_\_/\_\_

## Dedicatória

Dedico este trabalho a memória dos meus pais, Manuel Semedo e Inês Silva Fernandes.

## Agradecimentos

Os meus agradecimentos vão:

- Para o meu orientador Mestre Arlindo Mendes que me deu muito apoio, força e também muito ânimo durante a realização do trabalho.
- Á minha família de uma forma geral e em particular aos meus queridos irmãos, cunhada, sobrinhas e sobrinhos que sempre mostraram disponível em me ajudar durante a realização do trabalho e também pelo encorajamento, carinho e amor que todos têm por mim.
- Á todos os meus professores que me transmitiu conhecimentos valiosos ao longo desses anos.
- Á todos os meus colegas que me incentivou durante o curso e durante este trabalho e também ao professor que me fez a correcção da escrita do trabalho.

## **Pensamento do dia**

*“Aqueles que não se conseguem lembrar do passado estão condenados a repeti-lo”.*

George Santayana

## **Abreviaturas**

**AHN – Arquivo Histórico Nacional**

**B. O. – Boletim Oficial**

**Cf. – Confrontar**

**Coord. – Coordenação, coordenador, coordenado**

**Cx. – Caixa**

**P. – Página**

**N.º – Número**

**IPC – Instituto de Promoção cultural**

**IICT/INIC – Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional de Investigação Científica.**

**IN – Imprensa Nacional**

## Índice

<b>Introdução</b>	<b>8</b>
<b>I – Enquadramento histórico e geográfico Cabo Verde</b>	<b>10</b>
<b>II - Conceito de Urzela</b>	<b>13</b>
<b>2.1 – Importância na economia</b>	<b>14</b>
<b>2.2– Processo de exploração da urzela</b>	<b>14</b>
<b>2.2.1 – Arrendamento garantido por cartas régias</b>	<b>17</b>
<b>2.2.2 – Administração directa pela fazenda real</b>	<b>27</b>
<b>2.2.3 – Regime de comércio livre</b>	<b>30</b>
<b>III – Apanha e Comercialização da Urzela</b>	<b>31</b>
<b>3.1– Exportação da urzela</b>	<b>31</b>
<b>IV – Contratos de arrendamento</b>	<b>38</b>
<b>V – Decadência da exploração da urzela</b>	<b>41</b>
<b>Conclusão</b>	<b>41</b>
<b>Bibliografia</b>	<b>45</b>
<b>Anexos</b>	<b>47</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho foi realizado com objectivo de obter o grau de Licenciatura em Ensino de História, proposto pelo Instituto Superior de Educação de Educação.

Deste modo, o tema que ora propomos abordar é – *A urzela e a sua importância na vida económica das ilhas de Cabo Verde.*

Com esta abordagem, pretendemos não só conhecer e dar a conhecer os diversos contornos que envolvem o processo da exploração da urzela mas também, compreender a importância económica de que teve este produto, em articulação com outras mercadorias nomeadamente, sal, anil e purgueira, na vida do povo das ilhas de Cabo Verde, entre os finais do XVIII e os meados do século XIX.

Trata-se de um trabalho de investigação cuja abordagem se enquadra numa perspectiva original e inovadora.

Pelo que se sabe, durante um certo período da nossa história, as companhias monopolistas tinham estabelecidos intensas relações comerciais com Cabo Verde, durante o qual tendo monopolizado todo o sistema do arrendamento. A urzela, ao que nos parece, desempenhava um papel preponderante neste contexto, porquanto fazia parte da lista dos produtos procurados naquela época, como matéria-prima utilizada na indústria têxtil.

Para uma correcta materialização deste propósito, vamos adoptar a metodologia que nos permite atingir um conhecimento objectivo quanto possível, tendo em conta os paradigmas preconizados pela metodologia de investigação de História.

Deste modo, o presente trabalho basear-se-á essencialmente numa pesquisa bibliográfica que abarque a identificação, recolha e tratamento de dados nos diversos arquivos, nas bibliotecas públicas e privadas. Iremos proceder à consulta ainda de outros documentos avulsos referentes ao tema em questão. Por últimos, iremos proceder ao processo de redacção sempre em confronto e cruzamento entre os dados cuidadosa e



metodologicamente seleccionados, de acordo com as normas recomendadas pela investigação científica.

Para além das preocupações que se prendem com a introdução e conclusão, estruturalmente, a presente monografia encontra-se organizada em vários itens ou capítulos cujo conteúdo se distribui de seguinte forma:

No primeiro capítulo, iremos considerar o enquadramento histórico e geográfico de Cabo Verde com vista a poder facilitar a conhecimento do contexto em que o comércio da urzela se inseriu no período em estudo.

No capítulo seguinte, ocupar-nos-emos do nome ou conceito científico com o qual se identifica a urzela, da técnica da sua extracção e transformação e dos contornos da exploração e problemática da sua comercialização e, se possível, a sua utilidade.

No terceiro ponto, analisar-se-á o processo de arrendamento e a criação do sistema de monopólio utilizado.

No quarto momento pretendemos abordar o papel de que se revestem companhias do comércio na comercialização da urzela.

No quinto parágrafo, procuraremos compreender os principais motivos que estiveram na origem da decadência de exploração de urzela em Cabo Verde no período em questão.

Eventualmente, poderemos incluir no final deste trabalho, alguns elementos subsidiários que entendemos ser importantes, como anexos, na sua compreensão do presente trabalho mais clara e objectiva possível.

Trata-se de um trabalho carácter investigativo que cuja abordagem enquadra-se numa perspectiva original e inovadora

## I – ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE CABO VERDE

A descoberta das ilhas de Cabo Verde, é muito discutida pelos historiadores nacionais e estrangeiros. *“Embora os Portugueses reclamem para si, a “descoberta” das ilhas, na opinião de muitos Historiadores, estas já eram conhecidas das populações do continente Africano e até mesmo dos gregos e dos geógrafos árabes”*<sup>1</sup>.

*“Segundo a Tese Oficial as ilhas de Cabo Verde foram descobertas por navegadores Portugueses entre 1460 e 1462, em duas viagens sucessivas, primeiramente foi descoberta as ilhas do grupo oriental (Santiago, fogo, Maio, Boa Vista e Sal) deu – se em 1460, ainda em vida do Infante D. Henrique (13 de Novembro de 1460), D. Afonso V doou as ilhas ao Infante D. Fernando por carta régia de 3 de Dezembro do mesmo ano”*<sup>2</sup>.

As ilhas do grupo ocidental (S. Nicolau, S. Vicente, S. Antão, Santa Luzia, Brava, os ilhéus Raso e Branco) foram descobertas mais tarde por Diogo Afonso, escudeiro do Infante D. Fernando. O nome daquele escudeiro foi descobridor, numa Carta Régia de doação de 29 de Outubro de 1462. *“O grupo das ilhas ocidental foi descoberto num Inverno, conclusão esta que pode seguramente deduzir – se das festividades do calendário litúrgico com que foram baptizados para a história. A ilha de S. Nicolau (6 de Dezembro), ilha de Santa Luzia (13 de Dezembro), ilha de Santo Antão (17 de Janeiro), ilha de S. Vicente (22 de Janeiro)”*<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> ANDADE, Elisa, *As ilhas de Cabo Verde da “Descoberta” á independência nacional (1460 – 1975)*, edição, L<sup>a</sup> Harmattan, Paris, 1996, p.32.

<sup>2</sup> CARREIRA, António, *Cabo Verde -Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460 – 1878)*, 3<sup>a</sup> edição, Instituto de Promoção Cultural – Praia, pp. 31 – 32.

<sup>3</sup> BRÁSIO, Padre António, *Descobrimento, Povoamento, Evangelização do Arquipélago de Cabo Verde*, Revista Semestral, nº 10, Julho 1962, Lisboa, p.56.

O processo de povoamento iniciou-se dois anos após a sua descoberta. Este não foi feito em simultâneo. As primeiras ilhas a serem povoadas foram as de Santiago e Fogo, por apresentar melhores condições para prática da agricultura e criação de gado, actividades económicas prioritárias, naquela altura para Cabo Verde.

O grupo barlavento foi povoado mais tarde, pois, o número de negros era muito reduzido. É de se referir ainda que no seu povoamento foram utilizados mestiços provenientes das outras ilhas já povoadas e os colonos vindos da metrópole pertencentes a diversas classes sociais.

O povoamento de Cabo Verde foi a princípio difícil, por várias razões, as quais passamos a referir algumas: Cabo Verde não tinha condições que pudessem atrair a fixação dos moradores, o clima era quente e seco, não produziam vegetais que seriam o hábito de dieta do povoador Europeu como: trigo, cevada, vinha azeitona de entre outras e ainda a comunicação era difícil por ser longe do reino.

Para ultrapassar o impasse do povoamento de Cabo Verde a coroa emitiu: A Carta de 1466 que concedia “*As liberdades e franquezas consistem no essencial, na permissão, ou melhor, na despenalização dos fixados em Santiago, de comerciarem com as sociedades ribeirinhas do continente fronteiro e com as da Europa*”<sup>4</sup>.

Por conseguinte Santiago, conseguiu atrair algumas pessoas para o seu povoamento e um pólo de imigração, porque o comércio entre África e a Europa era uma fonte de grande rendimento económico, o que lhes permitia um rápido enriquecimento. Pois a Carta Régia de 1466, além de outorgar direitos legais aos moradores de Santiago para efectuarem o comércio entre a África e a Europa, também concedia lhes isenções fiscais, nas suas trocas comerciais.

“*Passando três anos dois sevilhanos obtinham o monopólio da urzela. Em 12 de Março de 1471 D. Afonso V nomeava para Santiago o seu primeiro almoxarife na pessoa de Diogo Lopes, criado de Diogo da Silveira*”<sup>5</sup>.

“*Outro diploma da chancelaria afonsina, de 30 de Setembro de 1481, investia um inquiridor dos mais altos poderes fiscais e judiciais, a quem os mesmos Capitães – mores deviam a obediência e cooperação leal, sob perda de cargo. Referem – se os diplomas apenas á ilha de Santiago, á qual chamam simplesmente “a ilha de Cabo Verde”, ou porque era já então a mais importante delas todas, ou por ser a única povoada*”<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> SILVA, António Leão Correia e, *Histórias de um Sahel insular*, 2ª edição, Praia, 1996, p.20.

<sup>5</sup> BRÁSIO, Padre António, *op. cit.*, p.78.

<sup>6</sup> BRÁSIO, Padre António, *op. cit.*, p.78.

Foram concedidos muitos privilégios e incentivos pela coroa às pessoas que quisessem fixar em Cabo Verde, em 1462, começando pela ilha de Santiago, seguindo as restantes, lentamente, já que foi preciso criar tudo.

*“Os produtos que mais atraíam os povoadores eram a urzela, sal de S. Pedro e Porto Grande, o gado vacum entre outras”*<sup>7</sup>, dos quais pretendemos abordar a urzela.

Cabo Verde é um estado insular da África ocidental, constituído pelo arquipélago do mesmo nome, situado no Oceano atlântico, a cerca de 500Km da Costa do Senegal.

*“O arquipélago de Cabo Verde é constituído por 14 ilhas, das quais 10 são principais e quatro são menores. As mais importantes são a de Santiago, onde se encontra a capital, Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal, Boa Vista, Maio, Fogo e Brava”*<sup>8</sup>.

A maior parte das ilhas é de relevo montanhoso e de origem vulcânica, que culmina no vulcão do pico na ilha do Fogo com (2829m), ainda em actividade.

Os cursos fluviais são curtas e pouco numerosos, mas possuem uma grande importância, pois favorecem o desenvolvimento de algumas florestas tropicais nas suas margens.

O clima é quente, com cerca de 25°C de temperatura média ao nível do mar, mas muito seco, pois as precipitações não ultrapassam, geralmente, os 200mm anuais. Esta extrema secura condiciona em grande parte o desenvolvimento da agricultura e actividade agro-pecuárias que se limita á cultura de produtos de subsistência, como o milho, a mandioca, feijão e a batata. *“As culturas destinadas á exportação (banana, café, noz de coco) não estão demasiado disseminadas. Uma actividade importante é a pesca, que se destina tanto ao consumo interno como ao mercado externo. Há também a destacar a obtenção de sal; nos últimos anos está – se a desenvolver o turismo especialmente o de luxo. O país depende, no entanto, da ajuda internacional. A excessiva pressão demográfica e o rápido crescimento da população agravam ainda mais os problemas do país”*<sup>9</sup>.

*“Etnicamente, predominam os mulatos (70%), seguidos dos negros (28%) e de brancos, que só representam 2%”*.<sup>10</sup>

---

<sup>7</sup> BRÁSIO, Padre António, *op. cit.*, p.83.

<sup>8</sup> PACHECO, Rui et al SABATINA, *Guia de formação escolar*, Marina editores, Setúbal, 1997, p.294.

<sup>9</sup> PACHECO, Rui et al SABATINA – *op. cit.*, p.294.

<sup>10</sup> PACHECO, Rui et al – *op., cit.*p.294.

## II – CONCEITO DA URZELA

Urzela – é uma espécie de líquen ou musgo, que nasce espontâneamente nos rochedos vizinhos ao mar, em todas as ilhas de Cabo Verde com mais frequência em barlavento. Este líquen é fruticosa, fibrosa, macia, roliça, flexível, de cor cinzenta, sem folhas e dividida em ramos, é aproveitado ou empregado na tinturaria na Europa para tingimento do pano de seda e de algodão.

### 2.1 - A importância da urzela

A urzela teve uma grande importância para a economia Caboverdiana desde a época do povoamento até princípio do séc. XIX. É impossível falar-se da economia das ilhas, desde o seu povoamento até o final do séc. XIX sem se referir a urzela.

Nos primeiros anos após o descobrimento em que o povoamento se encontrava ainda muito incipiente o Infante D. Fernando, então donatário do arquipélago, fez “ (...) *trato da urzela das suas ilhas de Cabo Verde com João de Lugo e Pêro de Lugo Castelhanos mercadores e moradores em Sevilha*”. Mais de qualquer outra espécie a urzela evidencia pela sua importância económica e passa a ser alvo de arrendamentos e contratos”<sup>11</sup>. Com isso efectuou-se rapidamente o povoamento das ilhas, caso contrário seria muito difícil. A urzela

---

<sup>11</sup> SILVA, António Correia e, “Espaço, Ecológico e Economia interna”, in *História Geral de Cabo Verde*, vol. I, 2ª edição I.I.C.T/INIC., Praia/Lisboa, 2002.p. 226.

era também muito importante porque deixava lucro ao Estado e também para as pessoas que a apanhava. Este género é um dos melhores ingredientes que entra na composição de tintas, tanto panos como para algodão e seda; “Era com a riqueza da urzela que se fazia o equilíbrio do orçamento. Na previsão das receitas de 1838, num total de 82 contos concorria com 24; e no orçamento de 1842 – 1843, para uma receita total de pouco mais de 95 contos, 45 saiam do rendimento líquido deste musgo”<sup>12</sup>.

Paralelamente ao comércio de escravo que constitui uma das principais fontes de rendimento económico, haviam ainda diversas actividades de carácter económico realizadas no arquipélago.

A exploração da urzela, neste contexto desempenhava um papel de grande relevo dado que este líquen servia como matéria-prima utilizada na preparação de corantes naturais aplicados no tingimento dos tecidos. Pois ainda não se tinha descoberto técnicas na preparação química das tintas. Pois, muito cedo a indústria têxtil revelou-se muito antes da chamada Revolução Industrial.

## **2.2 - Processo de exploração da urzela**

A urzela foi a primeira planta espontânea a ser explorada em regime de monopólio, pouco tempo depois do descobrimento das ilhas. O maior problema da exploração estava na sua apanha, uma vez que ela nasce nos lugares de difícil acesso, como nos rochedos vizinhos ao mar. Em todas as ilhas de Cabo Verde há urzela, mas sempre nos rochedos e costa do mar. A sua apanha não só é difícil mas também é perigosa. Normalmente quem a apanhava eram os rapazes por serem fisicamente mais leves e também por terem mais coragem.

Segundo a crónica de José J. Cabral houve muitos óbitos decorrente da sua apanha, que nem sempre recompensava. A sua colheita era sobretudo nas ilhas de Santa Luzia, S.Vicente, S. Nicolau, Santo Antão, Brava e Tarrafal de Santiago.

---

<sup>12</sup> Cf. CARREIRA, António, *A urzela e o pano de vestir, dois produtos de exportação*, Separata da Revista do Centro de Estudos de Cabo Verde, série de Ciências Humanas, Vol. I – n.º 1, Praia, 1973, pág.12.

A apanha da urzela foi irregular até ao séc. XVIII, apesar de ter um grande valor económico, a exploração da mesma era feita através de contratos de arrendamento estabelecidos entre a coroa e os particulares.

O primeiro contrato para a exploração desse líquen em Cabo Verde que se tem conhecimento foi firmado *em 1469 com os irmãos João de Pêro e Lugo, Castelhanos, que se ocupavam da mesma actividade nas ilhas Canárias, depois desse contrato há conhecimento de foram efectuadas mais de 13 novos contratos incluindo o da Companhia do Grão Pará e do Maranhão. Só esta empresa extraiu das ilhas 1.858 toneladas de urzela, cujo custo na origem foi de 250.530 mil réis, tendo em lucro cerca de 210 contos de réis. Houve um outro contrato da venda da urzela em 12 de Novembro de 1836 entre João António Martins e os Franceses. “Em 27 de Março de 1837 desembarcou – se do brigue dois amigos, de Manuel António Martins, na alfandega de goré, 87 sacos de urzela”*<sup>13</sup>.

*“Em toda a ilha onde se apanha ou colhe a urzela há um comprador privado, essa pessoa é o feitor da fazenda real e ao mesmo tempo comandante militar, este tomava a urzela dos urzeiros não lhes pagavam em dinheiro, mas sim em géneros. Ele vai fazer as embarcações para os países externos, a maior parte dos lucros é para o comprador não para as pessoas que apanhavam”*<sup>14</sup>.

*As pessoas que apanhavam aperiguavam a sua vida para fazer a recolha, e os compradores privados compravam a um preço que não compensavam as canseiras, e as vezes eram pagas em géneros alimentícios.*

*“O modo de comprar, pesar e pagar é a única causa da pouca urzela que se colhe, é certo que o preço de 25rs. que se paga por cada libra é ténue, atendendo ao risco e trabalho, que há com aquela colheita”*<sup>15</sup>. Isto é a sua principal causa da sua diminuta quantidade.

Para melhorar o rendimento da exploração da urzela e facilitar a sua apanha deviam tomar as seguintes providências, António Carreira entende que: Deve haver em cada ilha um comprador privativo por ser este género do contrato real, devem porém existir pesos públicos com pesador jurado, deve fazer – se pagamento pronto, e em metal, devem fixar – se dois dias inalteráveis em cada semana para a compra da urzela, devem – se aumentar o preço da urzela a 30rs.

---

<sup>13</sup> BARCELOS, Cristiano José de Senna, *Subsídios para História de Cabo Verde e Guiné*, parte I, Memórias apresentadas a Academia Real das Ciências, Lisboa, 1910, p.161.

<sup>14</sup> CARREIRA, António, *As companhias pombalinas de Grão – Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*, editorial presença, Lisboa, 1992, p. 199.

<sup>15</sup> CARREIRA, António, *Estudos da Economia Caboverdiana*, p.9.

De libra, devem assistir a esta compra o escrivão e o meirinho da real fazenda, o primeiro para lançamento em livro rubricado não só das quantidades da compra, mas do nome do vendedor, e o segundo para servir de pesador, de entre outras providencias citados por António Carreira, deve haver barcos que levassem os urzeleiros a colher a urzela e depois teriam que juntar todo o líquen numa ilha não precisava os barcos sair de uma ilha para outra, encontrar numa ilha que seria mais fácil.

“ Em 1740, o Concelho Ultramarino mandou que fosse arrematada a exploração da urzela, concorreram Filipe Balesty e Mateus Dutra., o primeiro propôs – se arrendá – la por seis (6) anos mediante o preço global de 60.000 cruzados, e o segundo ofereceu por doze (12) anos a quantia de 1200\$de réis anuais. O governo optou pelo primeiro e 8 de Novembro de 1740 foi assinado o contrato”<sup>16</sup>. O novo contrato foi assinado em 1751, pois o contrato com o Balesty terminou em 1746.

Em 1751 o contrato foi realizado com José Gomes da Silva o candeias durante o período de 3 anos. “ Esse contrato consentia a exploração da urzela em Cabo Verde, nos açores e na madeira, mediante a renda de 23000 cruzados\$” <sup>17</sup>. Esse contrato vai durar 7 anos, com o seu término houve um novo contrato que se refere ao de arrendamento da urzela de Cabo Verde, Açores, Madeira, Peniche e Cascais, pela companhia de Grão Pará e do Maranhão. “Esta empresa negociou em urzela de 1758 a 1781 ou sejam 24 anos”<sup>18</sup>.

Terminando o contrato com a Companhia de Grão Pará e Maranhão, esta ainda comprou e exportou urzela em regime livre e durante vários anos depois a exploração ter passado para a “sociedade exclusiva, esta foi ainda a mais desastrosa para a empresa, causando prejuízos aos habitantes das ilhas e as pessoas da real fazenda, com a sua desastrosa gerência, o governo arrendou a outra pessoa a exploração da urzela. “Este contrato efectuou – se em 1778, num período de 6 anos a Domingos da Costa e Manuel Elentério”<sup>19</sup>.

O contrato acima referido não teve muito êxito, porque a coroa na indecisão quanto ao sistema de exploração, levou a aumentar cada vez mais a rede clandestina do produto a estrangeiros.

---

<sup>16</sup> CARREIRA, António, *A urzela e o pano de vestir dois produtos de exportações, das ilhas de Cabo Verde*, p.11.

<sup>17</sup> CARREIRA, António, *Estudos da Economia Caboverdiana*, p.11.

<sup>18</sup> CARREIRA, António, *A urzela e o pano de vestir dois produtos de exportações, das ilhas de Cabo Verde*, p. 11.

<sup>19</sup> CARREIRA, António, *A urzela e o pano de vestir dois produtos de exportações, das ilhas de Cabo Verde.*, p.12.



Posto isso, o governo colonial optou por novos sistemas de exploração, designadamente, arrendamentos do conjunto de ilhas, garantidos por cartas régias e contratos; administração directa pela fazenda real e através do regime de comércio livre.

A prática de exploração clandestina prejudicou o erário público porque, não se controlava a quantidade da sua apanha como impedia a entrada das receitas nos cofres públicos.

### **2.2.1 – Arrendamento garantido por Cartas Régias**

O êxito da exploração da urzela em Cabo Verde só foi possível, graças á garantia dadas pela concessão da Carta Régia em que a Coroa outorgava o seu comércio e a sua exploração, á iniciativa privada.

Segundo António Carreira, historiador que melhor estudou esta temática os contratos da exploração, respeitantes a Cabo Verde, realizados entre a Coroa e os particulares, previam uma série de direitos, obrigações, privilégios e isenções, com vista a estabelecer, de uma forma clara, as regras de procedimentos a fim de evitar eventuais conflitos entre as partes contratantes.

Para ilustrar esta afirmação passamos a citar os seguintes extractos do referido contrato:

*“1º Comprar toda a urzela apresentada pelos urzeleiros e outros “apanhadores”, e pequenos negociantes, umas vezes a preço estabelecidos (raramente), outros segundo ás cotações do mercado do mercado interno;*

*2º Pagar ao “erário real a importância do contrato em quartéis” (prestações) trimestrais ou semestrais, para o que teria de aceitar letras e, em um ou outro caso, ainda, o pagamento de um adicional de 1% sobre o preço da arrematação “ para obras pias, segundo a prática estabelecida pala lei de todos os rendimentos do estado”;*

*3º Fazer a exportação do líquen “para a praça de Lisboa e em navios portugueses” ou para praças estrangeiros quando isso fosse determinado pela fazenda real”<sup>20</sup>.*

As obrigações acima mencionadas explicitam, de uma forma inequívoca, que todos os que quisessem dedicar-se ao comércio deste produto, teriam que seguir as normas já referidas, evitando assim, práticas das vendas clandestinas da urzela.

Por outro lado, a imposição destas regras veria contribuir para disciplinar e controlar o processo da sua exploração, o que tornou mais fácil a fiscalização da quantidade de mercadorias recolhidas a fim de se poder aplicar as quais as taxas devidas, garantindo assim uma arrecadação das receitas para o cofre público.

Deste modo, um comprador fixo era obrigado a pagar os impostos, contribuindo assim para que o estado pudesse arrecadar algumas receitas decorrentes deste tipo exploração. Por outro lado, os próprios compradores podiam ter acesso a garantido ao mercado da mesma.

No que concerne à questão de aplicação dos direitos, privilégios e isenção ficaria previsto, segundo Carreira, o seguinte:

*“1º O exclusivo da compra e da exportação da urzela, umas vezes de modo expresso, outras apenas subentendido; 2º O benefício da isenção de direitos de exportação (por exemplo, na renovação de direito de exportação de 1828 e 1838 – 1840); o da armazenagem (em Lisboa) como “gozam todos os mais contratadores das rendas públicas”, e o “gozo de todos os privilégios têm em géneros do estaque real”<sup>21</sup>.*

Em face dos conteúdos deste documento, como já nos referimos os compradores da urzela encontravam-se munidos de direitos, privilégios e isenções, isso conduzia à uma via que proporcionasse maiores rendimentos para pessoas ligadas a estas actividades económicas, principalmente as que estiveram directamente ligadas a todo o processo de exportação e comercialização deste produto.

Quanto ao regime do contrato de arrendamento da exploração desta importante matéria-prima para indústria têxtil, pode-se verificar que esta prática contou com o

---

<sup>20</sup> CARREIRA, António, *Estudos da Economia Cabo-verdiana*, p.25.

<sup>21</sup> CARREIRA, António, *Estudos da Economia Caboverdiana*, p. 26.

envolvimento de muitas pessoas. Houve um forte vínculo entre os contratadores e os seus empregados. Estes devem trabalhar no sentido de obterem os melhores resultados na sua exploração. Pois um trabalho profícuo e sério acabava por beneficiar todas as partes envolvidas no processo de exploração.

Cada parte era obrigada a cumprir as suas tarefas. Qualquer incumprimento por parte de um dos parceiros podia implicar perturbações nos lucros. Daí todos se sentiam na obrigação de dar o seu melhor.

Nesta perspectiva, *“O contratador tinha de organizar o apanho, e os transportes, o acondicionamento, a pesagem, a sacaria, etc. e ao mesmo tempo recrutar os seus agentes directos (conhecidos por administradores – subalternos) e os intermediários nas diferentes ilhas”*<sup>22</sup>.

Esses agentes teriam ainda que se preocupar com a condição da exportação do produto em questão, desde do porto do embarque até ao país de destino.

Fazem parte ainda das suas responsabilidades os contactos inter-ilhas para evitar eventuais possibilidades de paralisação da exportação, caso contrário todos sairiam prejudicados.

Durante os anos 1800 houve diversas formas de contratos de arrendamento da urzela firmados em Cabo Verde entre a coroa os comerciantes particulares. O sistema de contrato era o processo normal que se utilizava para se outorgar, oficialmente, a exploração do comércio deste produto entre os representantes do Rei e os particulares.

*“A situação era preocupante, em particular a partir de 1811, em consequência do recaldo das invasões francesas, e dos problemas suscitados pela ida da corte para Brasil. A entrada em vigor do tratado luso – britânico de 1815 que proibiu o tráfico de escravos a norte do equador, e, implicitamente, reduziu os réditos da coroa, impedindo o financiamento para a compra e exportação urzela (...)”*<sup>23</sup>.

No período em questão, Cabo Verde encontrava-se economicamente, bastante frágil devido às circunstâncias decorrentes da Revolução francesa. Neste sentido o senhor Manuel Martins, compreendendo a difícil situação financeira por que passam as ilhas, decidiu pedir a concessão da exploração da urzela à corte que se encontrava sedeadada no Rio de Janeiro. Com a permissão da corte, datada à “ (...) 18 de Setembro de 1818 foi passado um alvará régia pelo

---

<sup>22</sup> CARREIRA, António, *Estudos da Economia Caboverdiana*, p. 26.

<sup>23</sup> CARREIRA, António, *Estudos da Economia Cabo-verdiana*, p. 29.

qual ele [Martins] era nomeado o administrador – do real contrato da urzela nas ilhas de cabo verde”<sup>24</sup>; com as seguintes condições: “ (...) de se obrigar a comprar toda a porção que aparecesse, a condicional – a e suprir com toda saccadura, fretar navios pelos preços mais commodos, segurar as carregações, saccar lettras da importância das mesmas sobre as pessoas a que fossem consignados e pagar sobre – lhe 6% sobre o produto da sua venda”<sup>25</sup>.

O contrato com Manuel António Martins foi renovado sucessivamente durante muito tempo, ou seja desde 1818 até 1836, o que perfaz um total de 18 anos.

Durante a vigência do referido contrato, houve pessoas que manifestaram o interesse nesse tipo de negócio, mas ninguém iria concorrer com o Martins, uma vez que ele tinha adquirido uma vasta experiência neste domínio.

António Carreira, a este respeito, diz que, para além da exploração da urzela, este arrematante se dedicava ainda a outras actividades comerciais, também não menos lucrativas, designadamente, “ (...) o tráfico de escravos, o comércio de tecidos, quinquilharias, géneros alimentícios, etc. disseminado pelas ilhas de Boa vista e do Sal; explorava as salinas nas mesmas ilhas e negociava em sal com os salineiros do Maio”<sup>26</sup>, a exploração da urzela era considerada para Martins actividade complementar, que significa que os outros sectores do comércio aos quais estavam ligados eram mais lucrativos.

O Manuel António Martins gozava de uma certa vantagem relativamente às actividades comerciais dado que dispunha de uma boa “ posição financeira, com o monopólio da urzela aumentou ainda mais a sua riqueza, além de um grande prestígio social, foi feito, sargento – mór, coronel de milícia, prefeito, comendador”<sup>27</sup>, pois, ele tinha um regime de administração dos seus negócios, quase autónomo. Era ele que se encarregava directamente de contratar os urzeleiros, custear todas as despesas decorrentes da exploração.

Em 1819, António Pusich, fiscal da Fazenda Real, determinou que os todos os navios carregados da urzela, com o destino ao exterior, fizessem obrigatoriamente, a escala na vila da Praia, a fim de ali se proceder ao despacho das mercadorias respectivas. Só depois de cumprir estas formalidades é que deveriam seguir para Lisboa e outros países do destino. Esta medida foi reclamada pelo Administrador-geral, afirmando que a maior porção da urzela encontra –

---

<sup>24</sup> BARCELOS, Cristiano José de Senna, *op. cit.*, (Parte IV – VI) p. 236.

<sup>25</sup> BARCELOS, Cristiano José de Senna, *op. cit.*, (Parte IV - VI) p. 236.

<sup>26</sup> CARREIRA, António, *Estudos de Economia Caboverdiana*, p. 32.

<sup>27</sup> CARREIRA, António, *Estudos de Economia Caboverdiana*, p.33.

se em barlavento, o que não faziam qualquer sentido dado ao custo acrescido que esta decisão acarreta.

Este pedido foi atendido, e do Rio de Janeiro, António Pusich, “ (...) recebeu o ofício de 15 de Dezembro de 1819, a ordenar a anulação daquela medida e, ao mesmo tempo, “ a impor” ao Administrador – Geral a obrigação de comunicar ao governador, de antemão”<sup>28</sup>.

Houve muitas promulgações no que diz respeito à urzela. A despeito desta decisão concreta, apareceu o Decreto de 16 de Junho de 1822 a determinar que fosse efectuado o arrendamento da exploração da urzela em hasta pública.

Apesar das diversas decisões tomadas pela corte para disciplinar o comércio e a exploração de urzela, podemos constatar que nem sempre essas determinações foram seguidas, com as devidas e merecida consideração.

A respeito desta questão, Sena Barcelos entende que o contrato da exploração da urzela “ (...) deverá o contrato dura por tempo de seis anos e não de três, como os outros contratos, atendendo as despesas que eram obrigados a fazer os contratadores em casas armazéns, lancha se outras.

Igualmente, vimos ainda que os contratadores eram obrigados “(...) a comprar toda a urzela que lhes oferecida pelos habitantes, pagá – la pelo preço estabelecido de 40 réis o arrátel, em dinheiro metálico, e pesá – la em pesos públicos de concha; Ficará proibido debaixo de apenas já estabelecidas pelas leis, a todo e qualquer outro indivíduo, a compra da urzela aos habitantes daquelas ilhas, nem vendê – la a outros que não sejam aos agentes dos contratadores, os quais poderão fazer apreensão em toda aquela que seja extraída, denunciando às respectivas autoridades os réus, ou descaminhadores, para receberem aquele castigo que a lei ordena; São obrigadas as autoridades militares a destinar um corpo militar para guardas dos armazéns do depósito da urzela” <sup>29</sup>.

Dáí uma das evidências impostas pela coroa era no sentido de todos os materiais necessários a construção de armazéns, ou casas para os expedientes relacionados com outra cláusula das referidas condições diz ainda que “(...) o pagamento da arrematação deverá ser feito por quantias que principiarem a ter feito no primeiro quartel do segundo ano e findar no fim do sétimo ano do final pagamento, para cujo fim poderão já passar letras, ou escritos de

---

<sup>28</sup> CARREIRA, António, *Estudos de Economia Caboverdiana*, pp.36/37.

<sup>29</sup> CARREIRA, António, *Estudos da Economia Caboverdiana*, p. 26.

*todo o importe segundo os seus rendimentos, para deste modo o tesouro se servir deles no caso de precisar (...)*<sup>30</sup>.

Aliás, os próprios contratadores “*serão obrigados a conservar naquelas ilhas cordas de linho, de duas ou duas e meia polegadas, para as venderem aos urzeiros que delas precisarem pelo preço do seu custo e com pagamento a prazo, devendo, porém, as ditas cordas ser livres de direitos de entrada e saída*”<sup>31</sup>.

Em face das novas normas foram estabelecidas que doravante todos os contratadores envolvidos no processo de comércio da urzela ficaram sujeitos á arrematação da mesma mediante o pagamento do montante de 50.000\$000 réis anuais ao administrador actual pelo custo e despesa.

Estas e outras medidas foram tomadas pela corte com vista a controlar o comércio da urzela de Cabo Verde. Assim, ficou decido que em “*1821, sob a proposta do governo local, fixar o preço de da compra aos colectores, na base de 40 réis o arrátel*”<sup>32</sup>, o qual foi aceite desde que a urzela apresentasse em bom estado, ou seja limpa, apurada de tudo o que pudesse aumentar o seu peso real.

O preço acima mencionado era um preço teórico, na verdade vendia se a urzela “*pelo menos entre 1800 e 1816, a 25 arrátel*”<sup>33</sup>.

A subida do preço da urzela provocou o descontentamento da população e do próprio Administrador-geral que, sob protesto desta subida, decidiu renunciar o cargo, uma vez que estava convicto que a junta não possuía as condições financeiras e organizativas para assumir a compra, a conservação e a exportação deste líquen.

Esta renúncia correspondia a um golpe do Administrador-geral, mas este falhou porque a Corte reconsiderou a sua posição e decidiu reconsiderar preço anterior que era de 40 arrátel.

Pouco tempo depois, o cofre do Estado entrou em falência, pois, já não havia dinheiro nem para pagar os funcionários. Face a esta situação a Junta Geral da Fazenda decidiu pedir ao Administrador geral que baixasse o preço para 30 contos de réis a fim de poder garantir o

---

<sup>30</sup> CARREIRA, António, *Estudos da Economia Caboverdiana*, p. 26.

<sup>31</sup> CARREIRA, António, *Estudos da Economia Caboverdiana*, p. 26.

<sup>32</sup> CARREIRA, António, *Estudos da Economia Caboverdiana*, p. 37.

<sup>33</sup> CARREIRA, António, *Estudos da Economia Caboverdiana*, p. 38.

escoamento do produto e arrecadar alguma receita da venda deste líquen, para puder fazer face as despesas inadiáveis.

Nessa altura Cabo Verde estava a passar por uma situação bastante complicada devido a uma *tremenda fome provocada pela estiagem que se prolongava desde 1824*”<sup>34</sup>. Perante este facto, a Junta da Fazenda lançou numa forte campanha para angariar dinheiro e ao mesmo tempo que intensificou o comércio da urzela a fim de arrecadar algum dinheiro para fazer face às despesas correntes dado que o país estava á beira de uma catástrofe.

É nestas circunstâncias que se procurou estabelecer contactos com os diferentes compradores: uns da terra outros estrangeiros que aportarem às ilhas em viagens de negócios ou em demanda da própria urzela.

Assim, “*a situação do país melhorou – se, passando anos depois o Tesouro Nacional mandou que fosse arrematada a exploração da urzela das ilhas de Cabo Verde pelo prazo de 3 anos onde teria o seu início em Janeiro de 1830 e a terminar em Dezembro de 1832*”<sup>35</sup>.

Não havendo mais pessoas interessadas em a arrematar o líquen, este ficou nas mãos de Senhor Manuel António Martins. Ele continuou com a sua actividade, já que se tratava de uma pessoa muito experiente em negócios. Porém, Martins teve série dificuldades enquanto arrematador da urzela, dado que foi acusado por várias razões, inclusive de ser responsável pela fome que fustigava a população em Cabo Verde.

No ano de 1833, houve também uma campanha bastante forte contra Manuel António Martins. A Junta da Fazenda enviou à Câmara da Boa Vista em ofício contendo requisitos sobre a actuação do Administrador – Geral da urzela.

A relação entre a Junta e o arrematante Manuel A. Martins estava difícil. A própria Junta mandou levantar uma série de questionários para todas as ilhas onde o Martins fazia arrematação da urzela, os questionários foram as seguintes: Saber qual era a porção anual que pode haver de urzela nessas ilhas; Se o mesmo Martins ou seus caixeiros tem comprado e compram toda a urzela que se lhes oferece á venda. Examinar o preço por que a pagam; A qualidade do género por que é pago, se é por dinheiro corrente ou por géneros, a qualidade deles, por que preço o paga aos urzeleiros, e se neste pagamento que fazem resulta interesse

---

<sup>34</sup> CARREIRA, António, *Estudos da Economia Caboverdiana op. cit.*, p. 42

<sup>35</sup> CARREIRA, António – *Urzela e Pano de vestir – Dois produtos de exportação das ilhas de Cabo Verde*, p.13.

ou prejuízo á fazenda e aos urzeleiros; Qual tem sido o seu cumprimento no que diz respeito a esta administração <sup>36</sup>.

Além desses questionários, houve ainda outras reclamações por parte da população que se queixava de Martins e dos seus agentes por causa dos abusos cometidos, dos vexames de várias ordens que provocava nas populações das ilhas. Por causa destas e de outras queixas, António Martins ele foi preso e “deportada” para Lisboa. Porém, acabou por ficar livre dentro de pouco tempo.

Durante a gestão de Administração de Manuel António Martins, o negócio da urzela caminhou relativamente bem e mostrou-se próspero. Daí que o *“saldo a favor da administração de 1819 – 1836 é francamente positivo: uma exportação global de 2415903 quilos, ou seja á média de 134217 – não ultrapassada em qualquer outro período de exploração”* <sup>37</sup>.

Com o término do contrato, a “17 Janeiro de 1837, publicado em decreto, dizendo que a exportação da urzela de qualquer ponto do território português (Angola, S.Tomé e Príncipe, Moçambique, Cabo Verde) era livre. Houve decadência da exploração da urzela devido à concorrência da urzela de outros países supracitados, mas é certo que outras razões tiveram muito peso, citaremos um deles que foi o surto dos corantes industrias, a baixo preço e que dá menos trabalho na preparação do que a urzela.

Com a retoma de um novo contrato ao “2 de Janeiro de 1838 foi lavrado no cartório do tesouro público, em Lisboa, o seguinte contrato em que interveio como arrematantes da exploração da urzela nas ilhas de Cabo Verde, José Ignácio Seixas, por si e como procurador bastante de Manuel António Martins, João Gomes de Oliveira e Silva, e Jerónimo de Almeida Brandão e Sousa.

A arrematação em questão será feita pelos três anos de 1838 a 1840 contados do dia em que aos arrematantes ou seus agentes se der posse do dito contrato. O seu preço é inteiramente livre para a Fazenda Nacional e será pago em Lisboa aos semestres adiantados, prestando para esse fim os arrematantes fiança idónea.

No que tange ao pagamento, constata-se que o preço deste deve seguir o que consta neste contrato. As partes contratantes aceitaram dos arrematantes as letras pagáveis à ordem do Tesouro Nacional. Assim, deste “contrato ficam obrigados os arrematantes a entregar nos

---

<sup>36</sup> Cf. BARCELOS, Sena, *op. cit.*, (Parte II), p.387.

<sup>37</sup> CARREIRA, António, *Estudos de Economia Cabo-verdiana*, p.35.



cofres da Fazenda daquelas ilhas, durante o tempo do seu contrato, a quantia de 2 contos de réis mensalmente para ocorrer às despesas públicas das mesmas ilhas”. Os contratadores “serão obrigados dentro do prazo de 3 meses, depois de findo o tempo deste contrato de dar destino a toda a urzela que lhes pertence, sob pena de se proceder á sua apreensão pelas autoridades fiscais das mesmas ilhas como pertencente á Fazenda Nacional.

O mesmo contrato prevê que toda a urzela colhida até à data da posse do presente contrato, fica inteiramente sobre o cuidado do governador das ilhas de Cabo Verde.

Os arrematantes obrigam-se a renunciar “ (...) *todos os casos fortuitos, ordinários ou extraordinários, sólidos ou insólitos, cogitados ou não cogitados, e que em todos, e cada um deles ficarão sempre obrigados, sem eles se poderem valer, nem os poderem alegar em tempo algum, e para algum efeito qualquer que seja, ficando sempre obrigados ao pronto pagamento do preço estipulado*”<sup>38</sup>.

Nesta mesma altura, efectuaram – se muitos contrabandos da urzela. No meio de tudo isso havia quem tentasse escapar ao fisco, aliás, houve mesmo embarcações que conseguiram escapar á fiscalização das alfândegas.

Nos finais de ano de 1839 chegou a Cabo Verde um representante “*da sociedade arrendatária, José Alexandrino Fortuna, veio vigiar o arrendamento do negócio, e reagiu de imediato os problemas mais pertinentes encontrados relacionados com o cumprimento do contrato onde destaques os mais relevantes*”<sup>39</sup>.

Apesar das precauções tomadas pelas autoridades locais, os constantes actos de pirataria continuam a praticar-se, provocando graves e enormes prejuízos na continuação do apanho de outros musgos, que não seja a urzela.

Aliás, a apanha dos musgos estrelinhas e copê infelizmente não tem cessado porque ainda há muito poucos dias várias embarcações costeiras fizeram mais de suas viagens conduzindo musgos a seu bordo e vão para onde querem. *A espantosa desproporção comparada com as quantidades que se deviam receber e que era costume quando a urzela era por conta da Fazenda..., pois no momento existiam na ilha do Maio apenas 13 arrobas de urzela, na de Santiago 17 arrobas, na do Fogo apenas 69.*

---

<sup>38</sup> Cf. CARREIRA, António, *Estudos de Economia Cabo-verdiana*, pp.60/61.

<sup>39</sup> CARREIRA, António, *Estudos de Economia Cabo-verdiana*, p. 72.

Segundo as declarações dos agentes destacados em cada ilha, a situação era um pouco complicada devida à falta de braços para se dedicarem aos trabalhos. Contratadores terem já por providência mandado que os compradores paguem a mais de 40 réis, o arrátel de urzela, e dar – lhe aos urzeleiros aguardente ou alguma outra gratificação àqueles que mais se distinguissem concorrendo com maior quantidade de urzela; e nada disto teve efeito”<sup>40</sup>.

Esta sociedade não teve muito êxito na arrematação da urzela das ilhas, porque nesta época houve muita venda clandestina do líquen.

O contrato de arrendamento firmado em 21 de Abril de 1841 indicia o fracasso dos outros contratos anteriormente estabelecidos. Nesta óptica, houve mais uma tentativa de contrato em 1841 com vista a encontra-se uma solução que fosse viável para a operação da urzela.

Houve alguns interessados na exploração do líquen nesse ano. Dente eles, ficou contemplado o grande proprietário, Francisco Cardoso de Melo, radicado há muito tempo no país. Este assinou o contrato com as seguintes cláusulas a destacar:

*“1- Duração de um ano; 2- Obrigação de comprar com o seu dinheiro toda a urzela que se colher nas ilhas...pelo preço de 50 réis cada arrátel e fazer as despesas do costume; 3- Receber toda a urzela (á data) se achar comprada pelos Recebedores – particulares de todas as ilhas... entrando com o valor do seu primeiro custo na Tesouraria – Geral, em dinheiro contado, pagando aos mesmos recebedores...a comissão;4 – O governo fica obrigado a dar ao mesmo Cardoso, pelo prémio de adiantamento do seu dinheiro para a compra, e mais despesas... até ao embarque, 5% do produto da venda grossa de qualquer carga ou porção vendida no mercado de Lisboa, ou mesmo em países estrangeiros”* <sup>41</sup> .

Um novo contrato foi assinado no ano de 1848, desta vez realizou – se a 17 de Março do mesmo ano, em que *“comunica – se a todos as ilhas haver sido adjudicado a António Monteiro Silva, pelo prazo de um ano, a compra de toda a que for colhida, e ao mesmo tempo*

---

<sup>40</sup> Cf. CARREIRA, António, *Estudos de economia Cabo-verdiana*, pp.73/74.

<sup>41</sup> CARREIRA, António, *A Urzela e Pano de vestir, dois produtos de exportação das ilhas de Cabo Verde*, p.19.

*ordena – se inventariação de todo o musgo armazenado nas instalações dos herdeiros do antigo contratador Fernando Burnay”<sup>42</sup>.*

O sistema de exploração adoptado que é o arrendamento do conjunto de ilhas, garantido por Cartas Régias e contrato em suma podemos dizer que a urzela das ilhas de Cabo Verde teve um bom encaminhamento nesses anos, ou seja é a partir dessa data 1848 que a urzela começou – se a decair.

Houve momento em que o comércio deste líquen se desenvolveu muito, sobretudo durante a vigência do arrematante António Martins, cujos lucros atingiram o seu ponto máximo. Com os outros arrematantes aconteceu a mesma coisa.

### **2.2.2 - Administração directa pela Fazenda Real**

Com o término da antiga forma da administração da urzela das ilhas de Cabo Verde (arrendamentos do conjunto das ilhas garantidos por Cartas Régias e Contratos), podemos dizer uma sociedade exclusiva onde se fazia o arrendamento da urzela por uma determinada pessoa, esta foi substituída pela administração directa da Fazenda Real, esta forma de gestão foi desenvolvida por particulares, ou seja pelos operadores privados que dispunham dos seus recursos financeiros, humanos, materiais, para obter a urzela e depois exportá-la, para isso utilizaram os seguintes procedimentos: Organizaram o apanho utilizando os seus próprios escravos e os urzeleiros para tantos recrutados; Interessaram na colheita e na compra os pequenos negociantes estabelecidos nos povoados espalhados pelas ilhas. Estes, por sua vez, concediam ao povo ou aos urzeleiros profissionais empréstimos em género alimentícios, em ferramentas e, mais raramente, em dinheiro, com a obrigação de serem liquidados em urzela; quando não fazendo esses negociantes directamente o apanho pelos seus escravos para depois vender a urzela à Fazenda Real; Adquiriram o líquen por intermédio dos seus agentes, em especial os chamados recebedores – particulares (recebedores de fazenda), com os fundos disponíveis nos cofres públicos.

---

<sup>42</sup> CARREIRA, António, *Estudos da economia cabo-verdiana*, p. 87.

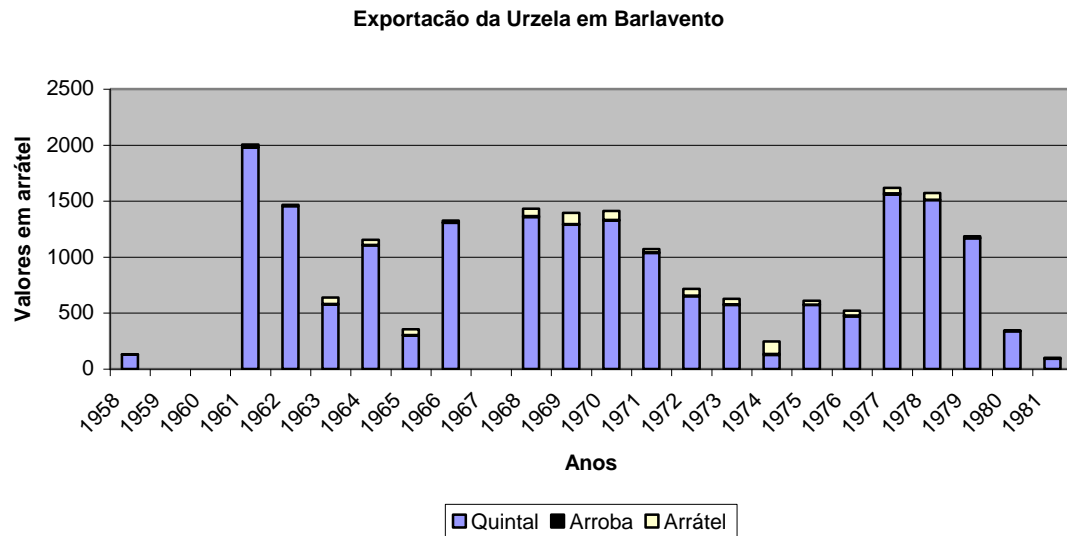
Neste caso o recebedor tinha direito à percepção de uma comissão (que evolui no tempo), calculada na base do valor das compras e das despesas de ensaque, carreto, embarque. Mas entre todos os agentes da Fazenda, destacam-se na fase inicial, os Feitores (que as mais das vezes exerciam cumulativamente o cargo de comandantes militares), “*os sargentos-mores e outros categorizados elementos oficiais; Receber os impostos, taxas, foros, dízimas, multas e coimas em urzela*”<sup>43</sup>.

Todas as despesas estariam a cargo da Fazenda Real (armazenagem, fretes das embarcações inter-ilhas e até chegar o país do destino, alimentação das pessoas que apanhavam o líquen, das pessoas que faziam limpeza, etc.).

---

<sup>43</sup> Cf. CARREIRA, António, *A Urzela e Pano de vestir, dois produtos de exportação das ilhas de Cabo Verde*, p. 88.

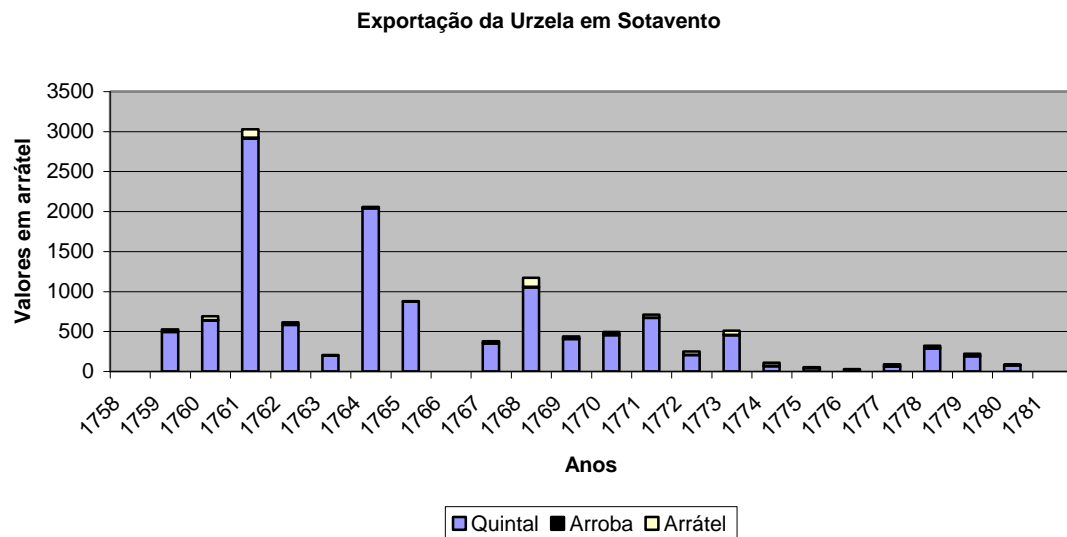
**Gráfico nº 1**



Fonte: CARREIRA, António, As companhias pombalinas de Grão – Pará e Maranhão e Pernambuco e paraíba, Cap. II, editorial presença Lda., 1992, p.181.

Nessa época houve muita procura da urzela com mais realce no ano 1861.

**Gráfico nº 2**



Fonte: CARREIRA, António, As companhias pombalinas de Grão – Pará e Maranhão e Pernambuco e paraíba, Cap. II, editorial presença Lda., 1992, p.181.

Como já tínhamos dito anteriormente encontramos maior quantidade da urzela em barlavento, e podemos ver no gráfico acima que barlavento ofereceu maior percentagem da urzela em detrimento do de Sotavento.

### **2.2.3 -Regime de comércio livre**

Com o término do regime de exploração acima referidas, a coroa optou se por novo regime: regime de comércio livre, em que o governo central, se limitava a recolher e arrecadar os impostos.

“ (...) A carta de lei de 6 de Julho de 1849 declara livre a apanha, a comercialização e a exportação da urzela para quaisquer portos, mediante o pagamento de direitos”<sup>44</sup>. Essa sentia obrigada a elaborar uma série de medidas para que as pessoas que apanhavam o líquen no sentido de não estragar. Passado algum tempo, a “ 23 de Fevereiro de 1850, foi fixada pela província a taxa de direitos de exportação para a urzela de 1\$400 réis quintal, para portos estrangeiros e a 700 réis o quintal para portos nacionais”<sup>45</sup>.

A coroa compreendeu que o poder públicos não era bom comerciante, por isso decidiu abater-se da intervenção directa na exploração da urzela. Os avanços e recuos permanentes da coroa, no que respeita a questão da exploração económica, demonstram que tanto a exploração directa como o sistema de monopólio se revelou ineficazes. No que tange ao comércio livre, as autoridades não conseguiam controlar as transacções e, por conseguinte a cobrança dos impostos, e no sistema monopólio nenhum tostão entravam como imposto nos cofres do estado.

---

<sup>44</sup> CARREIRA, António, *A Urzela e Pano de vestir, dois produtos de exportação das ilhas de Cabo Verde*, p.21.

<sup>45</sup> CARREIRA, António, *A Urzela e Pano de vestir, dois produtos de exportação das ilhas de Cabo Verde*, p.22.

### III – APANHA E COMERCIALIZAÇÃO DA URZELA

Como já referimos, o maior problema da urzela estava na sua apanha, uma vez que esta nascia nos lugares de difícil acesso, geralmente quem fazia a colheita do musgo eram os rapazes.

A sua comercialização depende muito da moeda em circulação, se há muita moeda em circulação haverá maior compra e a um preço muito elevado, caso contrário haverá pouca procura do musgo.

#### 3.1 - Exportação da urzela

A exportação da urzela foi desde sempre cheio de altos e baixos, começando pelo seu apanho até a sua exportação. Desde há muito esta actividade económica constituía problema para quem a apanha e também para as pessoas que faziam a sua exportação, sobretudo com a deficiência nas embarcações inter-ilhas até os países de destino designadamente “*Portugal, Holanda, França, Itália, Espanha, Inglaterra, Londres, Antuérpia, Nova Iorque, Goréa, Amsterdão, Marselha, Génova (...)*”<sup>46</sup>.

*Em 6 de Julho de 1849 foi declarada o direito de exportação da urzela para qualquer porto.*

---

<sup>46</sup> Cf. FEIJÓ, João da Silva, *Ensaio e Memórias económicas sobre as ilhas de Cabo Verde* (séc. XVIII), Lisboa, 1986, pp.35/39.

“Segundo a portaria de 20 de Julho último, nº 1848. O Governador-geral determina que em toda as alfândegas desta província se dê despacho a toda a urzela que se apresentar para ser exportado na conformidade da carta de lei de 6 do mesmo mês de Julho”<sup>47</sup>. “*Os chefes devem cobrar mil, quatrocentos e seis por quintal, quando for exportado para país estrangeiro e de setecentos réis quando for para os portos nacionais*”<sup>48</sup>.

O governo fixou essa lei e distribui-a para todas as autoridades da Província, que cumprissem e fizessem cumprir, uma vez que com isso o cofre do estado conseguia arrecadar alguns fundos para as despesas mensais.

A despeito da lei anunciada posteriormente, constatamos que houve reclamações por parte de muitas pessoas, como exemplo a Rainha de Portugal e do Algarve, onde propuseram o seguinte:

*“Que fica abolido em todas as províncias Ultramarinas o exclusivo da venda da urzela. A colheita da urzela será inteiramente livre para os apanhadores, e o seu comércio permitido para quaisquer portos nacionais ou estrangeiros, a todas as pessoas, mediante um direito de exportação em navios legalmente admitidos nos portos das províncias único: o governo fará expedir os regulamentos necessários para se efectuar a colheita da urzela nos tempos próprios afim de que esse produto não seja distribuído; O direito de exportação no artigo antecedente, será provisoriamente estabelecido em concelho de Governo-geral da província, e depois de aprovado pelo poder executivo, submetido ao conhecimento das cortes; A urzela que sair para os portos Portuguesas pagará somente metade do direito que se estabelecer; O disposto na presente Lei não revoga o que está em vigor quanto á navegação entre os diversos portos nacionais. Fica revogada a legislação em contrário”*<sup>49</sup>.

O apanho da urzela e a venda da mesma era a principal fonte de sobrevivência de muitas pessoas pobres das ilhas. Com essas leis as pessoas passaram a sofrer um pouco e a situação económica do país não ficaria boa, pois, o senhor Francisco de Mello, fez uma proposta de comprar a urzela a 50 réis o arrátel e que pedia 5% de lucros, e isso ajudava lucro para as pessoas que a apanhavam e também ao estado.

Inicialmente, a urzela era exportada das ilhas de Cabo Verde para Itália, Inglaterra e outros países da Europa onde vai ser preparada, para o comércio geral na Europa. Por

---

<sup>47</sup> B. O. nº 212, Imprensa Nacional, Praia, Ano 1849.

<sup>48</sup> Cf. BARCELOS, Cristiano José de d Senna, *Subsídios para História de Cabo Verde e Guiné*, parte V, p.139.

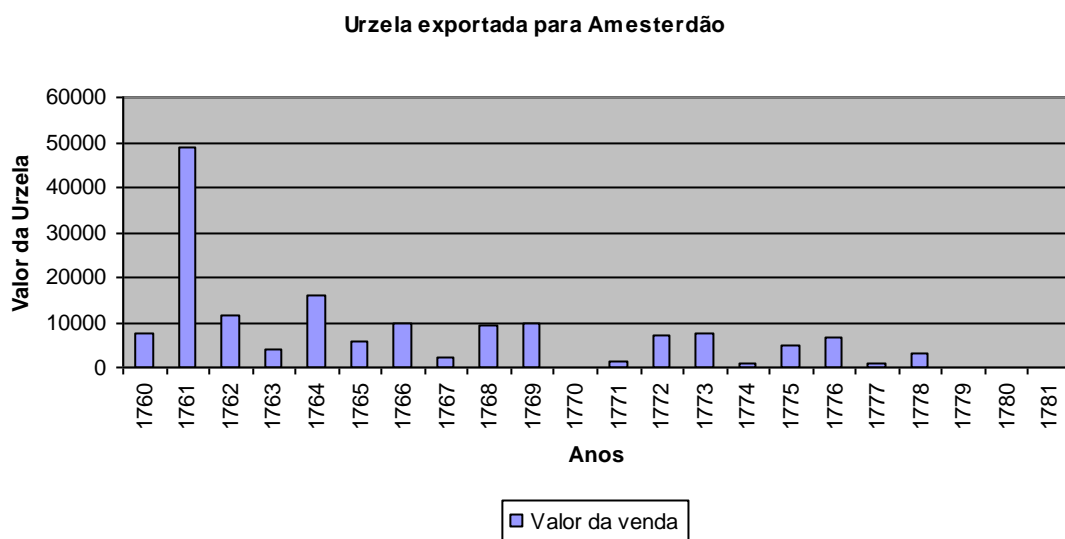
<sup>49</sup> Cf. B. O. nº 212, Imprensa Nacional, Praia, 1849.



exemplo, das ilhas de Cabo Verde exportou-se uma grande quantidade de urzela, sem vexação alguma dos seus habitantes. A exportação da urzela terminou em 1916.

Citaremos exemplos da urzela exportada para alguns países da Europa como: Amsterdão, Marselha, Génova, e Londres.

**Gráfico nº3**

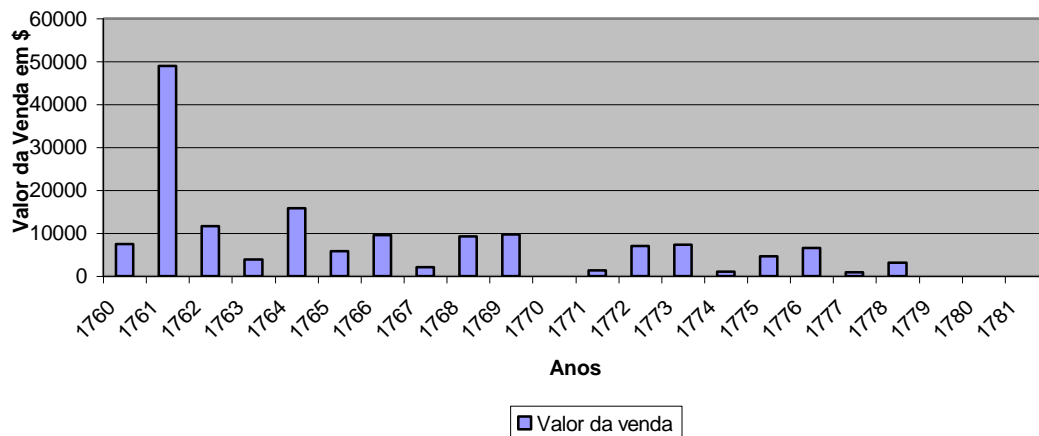


Fonte: CARREIRA, António, As companhias pombalinas de Grão – Pará e Maranhão e Pernambuco e paraíba, Cap. II, editorial presença Lda., 1992, p.188.

No gráfico nº 3 podemos dizer que quase todos os anos houve a exportação da urzela, exceptuando alguns anos como podemos constatar no gráfico.

**Gráfico nº4**

**urzela exportada para Londres no Sec. XVIII**

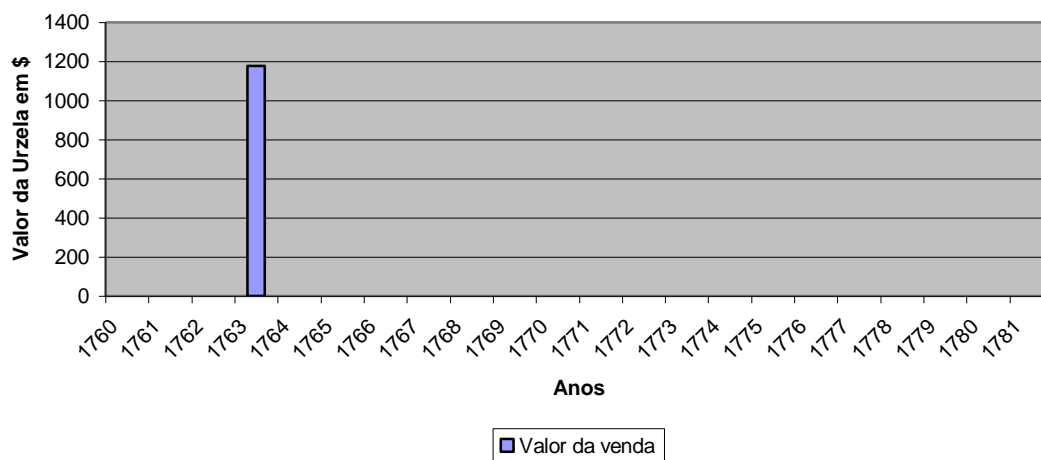


Fonte: CARREIRA, António, As companhias pombalinas de Grão – Pará e Maranhão e Pernambuco e paraíba, Cap. II, editorial presença Lda., 1992, p.188.

Nesse país houve exportação de um nº muito elevado da urzela, foi um dos melhores mercados consumidores.

**Gráfico nº5**

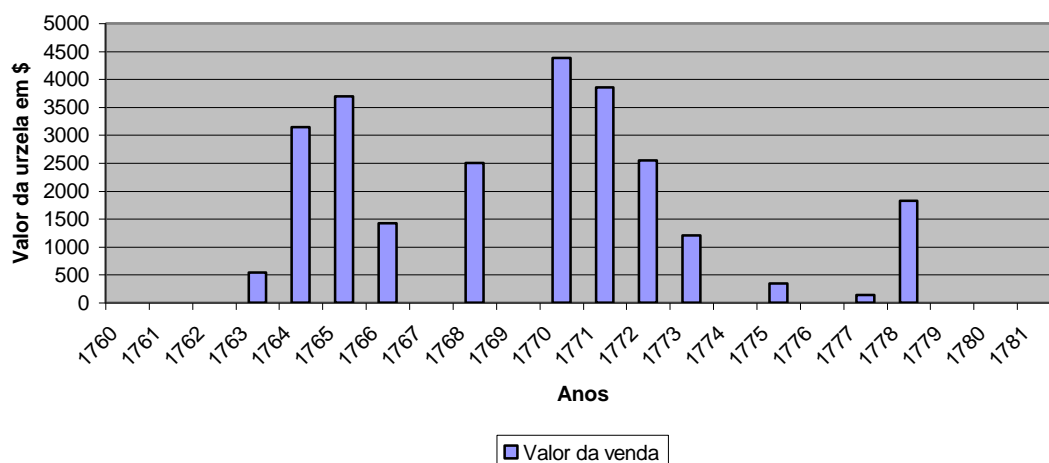
**Urzela Exportada para Génova**



Fonte: CARREIRA, António, As companhias pombalinas de Grão – Pará e Maranhão e Pernambuco e paraíba, Cap. II, editorial presença Lda., 1992, p.188.

**Gráfico nº6**

**Urzela Exportada para Marselha**



Fonte: CARREIRA, António, As companhias pombalinas de Grão – Pará e Maranhão e Pernambuco e paraíba, Cap. II, editorial presença Lda., 1992, p.188.

Podemos dizer que de acordo com os gráficos, os dois grandes mercados foram os de Londres e de Amesterdão, sendo Marselha e Génova os menos importantes.

Como se viu a pobreza do solo de Cabo Verde não estimulava a fixação de Europeus, bem como quaisquer investimento ou exploração económica por parte dos portugueses que vinham com a intuição de um enriquecimento rápido.

Daí que se tenha apartado sobretudo na sua vantagem geográfica, ou seja no aproveitamento da sua localização geográfica, uma vez que servia como placa giratória de todas as embarcações que cruzam o atlântico. A ligação entre os três continentes, Europa, África e América esteve garantida durante algum tempo devido ao excelente situação geográfica de que Cabo Verde dispunha.

Naquele contexto histórico, os metais preciosos, designadamente, o ouro e a prata, encontravam-se na mira dos portugueses. É evidente que essas mercadorias tiveram uma importância acrescida no quadro da necessidade que se fazia sentir quanto ao comércio das especiarias com a Índia.

Por conseguinte, os moradores de Santiago, como não podiam ficar de braços cruzados perante a realidade existente, em Cabo Verde, decidiram lançar mãos em tudo o que lhes puderam proporcionar rendimento que lhes permitissem um enriquecimento rápido.

O comércio de escravo foi uma das principais actividades económicas lucrativas desenvolvidas pelos Europeus em Cabo Verde. Daí o primeiro contrato de arrendamento da compra e tráfico de escravos teve o seu início em 1462, tendo em conta que, segundo reza a História, as ilhas de Cabo Verde foram encontradas descobertas. Por conseguinte, quaisquer empreendimentos de carácter económico teriam que passar necessariamente pelo seu povoamento para se poder garantir a mão-de-obra necessária, a criação de riqueza para poder viabilizar Cabo Verde.

Paralelamente ao comércio de escravos os moradores de Santiago, passaram a dedicar-se a uma série de actividades, quer seja no domínio da agricultura, actividades agro – pecuárias, artesanais, sobretudo na esfera do comércio com a costa da Guiné.

Assim, durante o processo da colonização, a coroa portuguesa esteve sempre presente, quer através da intervenção directa, quer por meio de legislação que lhe permitisse as acções comerciais e outras.

Houve caso em que a coroa decretou, o sistema de monopólio, em certos produtos em determinada zona geográfica.

Independentemente do êxito ou não da exploração económica levada a cabo pela coroa em outros sectores, designadamente a exploração do sal, da agricultura da purgueira no fabrico de pano, a criação de gado, o comércio em geral, constituía preocupação em analisar os contratos da exploração da urzela, começando pelo seu apanho, transporte e a sua comercialização.

De todos os produtos comercializados em Cabo Verde durante os longos períodos coloniais, a urzela “*que foi explorado durante cerca de 450 anos*”<sup>50</sup>. Pelo que podemos verificar, a exploração da urzela em Cabo Verde com a chegada dos Europeus e prolongou até aos nossos dias.

A coroa portuguesa, enquanto estado mercador, optou por intervir neste e outros tipos de comércio, utilizando para isso diversos processos nomeadamente, o sistema de arrendamento, de administração directa e da prática de comércio livre.

Essas interferências, na nossa óptica, perturbaram as transacções comerciais, dado que o estado entrava e saía de uma forma disprogramada e imprevisível. Podemos dizer que faltava á coroa uma visão estratégica, clara e uma política consistente relativamente a exploração das terras descobertas, concretamente no que tange a exploração da urzela.

---

<sup>50</sup> CARREIRA, António, *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*, 2ª edição, Mira Sintra, Mem Martins, ICL, 1983, p., 29.

Assim, as Cartas Régias regulavam e regulamentavam a intervenção do estado. Daí o “ *sistema de arrendamento garantido por cartas régias e contratos continua ou intermitentemente de 1469 a 1785; de 1819 a 1841; de 1847 a 1849*”<sup>51</sup>.

Os frequentes contratos firmados, de uma forma intermitente, demonstram uma certa fragilidade no que concerne á aplicação das políticas correctas de exploração da urzela.

Daí, novamente, a coroa viu-se obrigada a substituir o sistema de arrendamento pela administração directa em que a fazenda real passou a controlar a arrecadação das receitas decorrentes da exploração deste líquen.

De novo, assistimos o zigzague da coroa relativamente ao processo de consolidação desta opção. Por conseguinte o Rei se fez representar, através da sua fazenda, nos períodos de “*1790 a 1818; de 1842 a 1846*”<sup>52</sup>.

A última tentativa da coroa, quanto á exploração da urzela, ocorreu durante o sistema do comércio livre. Isto começou a partir dos meados do século XIX, mais concretamente em 1850 e estendeu – se até ao primeiro quartel do século XX.

Todas essas técnicas de exploração não passavam de tentativas, houve um interesse por parte da coroa, no sentido de controlar directamente este processo ou, acompanhar de perto a evolução da sua quantidade de apanho a fim de puder aplicar os respectivos imposto, arrecadando assim as receitas para os cofres do estado.

Do mesmo ponto de vista, as diversas técnicas utilizadas pela coroa na exploração dos recursos das suas colónias demonstraram que o próprio estado não se encontrava em condições de administrar, de uma forma eficaz, as suas acções e nem as dos seus parceiros comerciais, uma vez que a exploração da urzela não se limitava apenas a Cabo Verde, mas abrangia as outras partes do território nomeadamente Açores, Madeira, S.Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique.

Por outro lado, os próprios parceiros do Rei não estavam a altura de proceder á uma exploração eficaz deste recurso, pois parceiros eram constituídos normalmente por entidades privadas, singulares ou por pequenas associações financeiras, as pessoas de capital suficiente para uma exploração efectiva.

Com a excepção de um pequeno período dos últimos anos do século XIX e dos primeiros anos do século XX, toda a mão-de-obra utilizada na sua apanha era escrava. Como se deve saber, a exploração escravocrata de qualquer empreendimento pouco ou nenhum lucro dá.

---

<sup>51</sup> CARREIRA, António, Migrações nas ilhas de Cabo Verde, p., 29.

<sup>52</sup> CARREIRA, António, Migrações nas ilhas de Cabo Verde, p. 29

## IV – CONTRATO DE ARRENDAMENTO DA URZELA

A urzela era conhecida desde os primórdios do povoamento de Cabo Verde. Teve uma exploração muito irregular e aleatório até o séc. XVIII, mesmo sabendo da sua importância na vida económica do país, a partir do séc. XVIII, começou-se o interesse na exploração e administração da urzela, de forma a melhorar a economia do país.

*“O interesse suscitado pela urzela e o seu grande valor comercial levam a que de imediato se pense na melhor forma de garantir uma boa arrecadação de receitas”<sup>53</sup>.*

Dado ao grande valor comercial que esta planta teve na altura surgiu o contrato de arrendamento entre as autoridades locais e os investidores particulares, a fim de ter uma boa administração. *“Os primeiros contratos para a exploração da urzela foi firmado em 1460 com os irmãos João e Perô de Lugo Castelhanos, que se ocupavam da mesma actividade nas ilhas das Canárias”<sup>54</sup>.*

No ano 1731, processou-se um novo contrato de exploração da urzela em todas as ilhas do barlavento entre o capitão-mor de Santo Antão, Cláudio Roquete da Silva e João Baptista Sevillon um castelhano por um período de um ano. Este contrato não teve muito êxito porque o capitão não tinha a competência legal, o mesmo estava cheia de irregularidade. Nesta mesma época colocou-se na praça pública um novo arrendamento da urzela, desta vez em cinco ilhas do barlavento, por um período de seis meses, foi o mesmo castelhano que conseguiu arrebatar-lo por valor de 260\$000 réis.

---

<sup>53</sup>BOLENO, Ilídio, “Reconversão do comércio externo em tempo de crise e o impacto da companhia do Grão Pará e Maranhão”, in *História Geral de Cabo Verde*, Vol. III, 2ª edição (Luís Albuquerque e Maria Medeiros Santos (Coord.), IICT/INIC, Praia/Lisboa, 2002, p.189.

<sup>54</sup>BALENO, Ilídio, op. cit., p.189.

Depois dos contratos acima referidos, efectuaram muitos contratos de arrendamento do musgo, onde inclui-se também as companhias do Grão Pará e Maranhão “ (...) *por carta régia de 16 de Janeiro de 1527, foi concedida a Vasco e Foios, em exclusivo, a apanha e a comercialização da urzela da ilha de Santiago por um período de seis anos, com o privilégio de exportá-la para onde ele bem entendesse*”<sup>55</sup>.

Os jesuítas que passaram por Cabo Verde, sabendo do valor comercial da urzela na Europa chamava-lhe hervinha seca, pediram a apanha exclusivo da mesma, a autoridade local não autorizou, dizendo que já havia sido dado a concessão da apanha e exportação, um período de seis meses, mediante uma renda a sevilhano João Baptista Sevellon.

A partir desta data houve uma grande aderência deste musgo por parte dos outros países onde entraram clandestinamente e com muita frequência para a recolha do musgo, onde iria dar um grande contributo na indústria têxtil em quase toda a Europa. Temos exemplos de alguns países que entraram clandestinamente para o apanho do musgo, os Ingleses beneficiaram deste produto durante seis ou sete meses, tomaram dos moradores das ilhas, que correm muito risco ao apanhar a planta.

Com esta vaga da invasão sobre a apanha da urzela Dr. João da Costa Ribeiro, Ouvidor geral, fez arbitrariamente o arrendamento da colheita da urzela, por um espaço de três anos ao castelhano D. João Enes Inglês.

A coroa não tinha conhecimento desta concessão, mandou indemnizar todas as despesas feitas por ele. Neste mesmo ano foi proibida a apanha da urzela, quer para os nativos quer para os estrangeiros, e isso vai dificultar a vida da população, esta juntou e mostrou o seu desagrado a respeito do assunto. Muitos começaram a fazer contrabando dos produtos, houve ameaça por parte do Ouvidor, onde este mandou informar em Lisboa o que estava a passar principalmente em Santo Antão, Santa Luzia, Sal e Ilhéus branco e raso. A autoridade mandou intimar o povo, mandando os oficiais de justiça prender os indivíduos que estavam a vender a urzela aos estrangeiros.

*“As coisas continuaram do mesmo jeito até que em 1740, o Concelho Ultramarino, mandou que fosse arrematada a exploração da urzela. O primeiro (Filipe Balesty e Mateus Dutra) propôs-se arrendá-la por seis anos, por um preço global de 60.0000 cruzados. A partir desta data foram realizadas muitos contratos de arrendamento do musgo”*<sup>56</sup>.

---

<sup>55</sup> CARREIRA, António, *A urzela e o pano de vestir, dois produtos de exportação*, p. 10

<sup>56</sup> CARREIRA, António, *A urzela e o pano de vestir, dois produtos de exportação*, p.11

É de salientar, que mesmo com os contratos de arrendamentos, houve sempre contrabando, com isso o contratador exigiu sanções severas aos que transgrediram a lei, para melhor controlar o contrabando proibiu-se a venda a estranhos de toda e qualquer quantidade da urzela.

*“Em 8 de Junho de 1751, fez o contrato de arrendamento com o Gomes da Silva, pelo período de três anos, a contar da data da chegada á Cabo Verde. Este contrato consistia na exploração da urzela em cabo verde, nos açores e na madeira mediante a renda de 23.000 cruzados”*<sup>57</sup>.

O contrato com Gomes da Silva veio a terminar em 1757. *“Nesse mesmo ano, a 14 de Novembro, a exploração da urzela em Cabo Verde, Açores, Madeira, Peniche e Cascais passou-se para a companhia de Grão Pará e Maranhão, esta empresa fez um negócio em urzela de 1758 a 1781, durante este 24 anos de contratos, exportou muitas toneladas de urzela para diversos países. Tomamos como exemplo a exportação para a Inglaterra, Holanda, França e Itália foi de 1900 toneladas, pelo um valor de 374 contos e as vendas para os países internos teve um rendimento aproximada de 103 contos”*<sup>58</sup>.

Ao terminar o prazo de contrato com a Companhia do Grão Pará, a mesma fez a exportação da urzela em regime livre, depois de alguns anos de exploração, passou para a “sociedade exclusiva”. Esta não teve uma boa administração, o governo em 1778, arrendou a outrem a exploração da urzela, fez um contrato de seis anos a Domingos da Costa e Manuel Elentério.

A partir do último contrato acima referido, a exploração da urzela passou a ser feita em regime de administração, quase autónoma, por um negociante e proprietário na ilha de Boa vista e Sal, António Martins, que era um dos mais empreendedores colonos de Cabo Verde. Este contrato era por um período de três anos, renováveis sucessivamente.

---

<sup>57</sup> Cf. António Carreira, *A urzela e o pano de vestir, dois produtos de exportação*, p.11

<sup>58</sup> Cf. CARREIRA, António, *A urzela e o pano de vestir, dois produtos de exportação*, p.11



## V – DECADÊNCIA EXPLORAÇÃO DA URZELA

Desde que o comércio da urzela passou a ser administrado directamente pelo governo da província de Cabo Verde a falta de mão-de-obra para garantir a sua colheita em Cabo Verde contribuíram para a sua decadência.

A exploração da urzela nas outras colónias portuguesas nomeadamente em S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique onde, segundo Senna Barcelos, cuja apanha não constituía perigo para ninguém, veio a agravar ainda mais a difícil questão de exploração económica de urzela em Cabo Verde, embora se saiba que destas ilhas apresentava uma qualidade superior a das colónias já referidas. Porém, a urzela daquelas colónias apresentavam alguma vantagem comparativa dado que era colhida em maior quantidade em relação a Cabo Verde<sup>59</sup>, o que favorecia a chamada economia de escala.

O aparecimento da técnica tintureira aplicada à indústria têxtil, em que se utilizavam corantes em quantidade cada vez maior, a utilização de tintas através do processo natural revelou-se insuficiente e ineficaz. Daí a razão pela qual se tornou necessário produzir, quimicamente, esta matéria-prima, o que vira garantir a quantidade e a regularidade no enriquecimento do mercado.

Os corantes obtidos por meio dos processos químicos exigiam um trabalho mais sistematizado e com um melhor controlo de qualidade, e se calhar a um preço mais conveniente, tendo em conta que as características e a contingência da apanha e preparação, segundo os moldes tradicionais, eram bastante aleatórios, o que não compadecia com as exigências do desenvolvimento da indústria neste sector.

Por outro lado, a evidente falta de incentivo por parte das autoridades locais e metropolitanas, uma vez que com o aparecimento da urzela em outros lugares da África,

---

<sup>59</sup> Cf. BARCELOS, Cristiano José de Senna, *Subsídios para História de Cabo Verde e Guiné*, parte V, Lisboa, 1910, p.14, Circular, nº 113 de 5 de Março, B.O. nº 120, Imprensa Nacional, Praia, 1853.

provocou o desvio de atenção de quem de direito para essas colónias, relegando a exploração da urzela Cabo-verdiano para o segundo plano.

A apanha era extremamente difícil uma vez que localizava em lugares de difícil acesso. Mas devido à falta de recursos por parte da população, esta actividade serviu-lhes de ganha-pão, durante o período da sua exploração.

Como sabemos a maior produção da urzela se encontrava em barlavento, mas no entanto teriam que fazer a fiscalização nas alfândegas da Praia e só depois seguia a viagem para a Europa e o transporte utilizado nesses transações eram muito deficitária.

Por sua vez, a população começava a fazer a apanha do musgo e a vender de forma clandestina aos barcos estrangeiros, originando assim pequenos contrabandos.

## **Conclusão**

A economia de Cabo Verde caracteriza-se desde os primórdios da sua ocupação como sendo uma economia bastante frágil.

As principais actividades económicas baseavam-se essencialmente na agricultura de subsistência, na criação de gado e nas actividades agro-pecuárias, de modo que aquilo que se produzia não era suficiente para satisfazer as reais necessidades da população, ao longo de quase toda a sua história

Devido à insuficiência e desarticulação registada nos sectores já referidos e atendendo que o povo das ilhas tinha enorme preocupação para garantir a sua sobrevivência, tornou-se imprescindível começar lançar-se mãos a outros meios de ganhar a vida. Daí que a extracção dos produtos espontâneos, como a urzela se tinha convertido numa iniciativa rentável nos séculos XVIII e XIX, com espacial destaque para as ilhas de Barlavento, onde este líquen abundava. Porém, convém relevar que apesar do ponto alto da sua exploração, nos séculos referidos, a urzela começou a ser explorada desde o início da descoberta de Cabo Verde.

A exploração de urzela não constituía o monopólio de Cabo Verde, uma vez que já vinha sendo explorado nas outras ilhas atlânticas designadamente, nos Açores e na Madeira. A partir das experiências capitalizadas tornou-se possível a sua implementação em Cabo Verde. A sua apanha e comercialização têm revelou-se muito difícil porque o seu crescimento espontâneo localiza-se nas rochas íngremes e de difícil acesso, o que tem condicionava, de sobremaneira, a sua apanha, com os reflexos notórios na fixação dos preços. Pois, só os rapazes se revelaram, fisicamente, capazes de executar este tipo de tarefa, uma vez que eles arriscavam a própria vida, descendo por meio de cordas nas rochas altas das ilhas, de cota de 600 a 1000 metros de altitude, baixo do efeito dos contra alísios.

Esta tarefa revelou bastante dramática para os apanhadores deste produto, uma que se registou um elevado número de óbitos.

Enquanto planta tintureira, a urzela constituía uma matéria-prima estratégica a partir do século XV, sobretudo nos dois primeiros arquipélagos, já mencionados.

É por causa deste grande valor comercial, uma vez que era utilizada no fabrico de tintas para a indústria de tinturaria do algodão de seda e panos, que levou a coroa a intervir directamente na sua exploração, concorrendo, por vezes, com os próprios armadores particulares

Como referido, esta planta encontrava-se em todas as ilhas de Cabo Verde, com maior expressão em barlavento, há quem diga que a urzela da Boa Vista, Santiago, Fogo e Brava era sempre considerada de melhor qualidade do que das outras zonas, em consequência disso as suas cotações foram circunstancialmente mais elevada.

Em todas as ilhas onde se colhia a urzela, havia um feitor da fazenda real que se ocupava da sua compra e ao mesmo tempo que se dedicava a outras funções. Este pesava a urzela com seu próprio peso e como bem entendesse.

Convém referir ainda que os feitores, propositadamente, demoravam dias para pesar o produto a fim de dar tempo para a urzela secasse para poder perder o peso. Porém, na hora do ensacamento para fazer a exportação molhavam o musgo antes da pesagem para aumentar o peso e consequentemente avolumar os lucros.

O comércio da urzela proporcionava grandes lucros ao estado e garantia o sustento de pessoas andavam ligadas ao seu apanho.

## **BIBLIOGRAFIA**

Repertório numérico simples do fundo arquivístico, urzelas, C. 11/ CX. 465

ALBUQUERQUE, Luís de e SANTOS, Maria Emília Madeira, (Coord.) *História Geral de Cabo Verde*, Vol. III, 2ª edição, edição: I.I.C.T/INIC., Praia/Lisboa, 2002.

ANDRADE, Elisa, *As ilhas de Cabo Verde da “descoberta” à independência nacional (1460 – 1975)*, éditions L`Harmattan 5 – 7 de l`école – polytechnique 75005 Paris, 1996.

BARCELOS, Cristiano José de Senna, *Subsídios para História de Cabo Verde e Guiné*, parte I, II, III, IV, V, VI, VII, Memórias apresentadas a Academia Real das Ciências, Lisboa, 1910.

BRÁSIO, Padre António, *Descobrimento/ Povoamento/ Evangelização do arquipélago de Cabo Verde*, Centro dos Estudos Históricos Ultramarinos, separata de STUDIA, Revista semestral, nº10, Junho, Lisboa, 1962.

CARREIRA, António – *Urzela e Pano de vestir – Dois produtos de exportação das ilhas de Cabo Verde*, Vol. I – n.º 1, Separata da Revista do Centro de Estudos de Cabo Verde, série de Ciências Humanas, Praia, 1973.

CARREIRA, António, *Estudos da economia Cabo Verdiana*, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, Vila da Maia, 1982.

CARREIRA, António, *Descrições oitocentistas das ilhas de Cabo Verde*, Gráfica Europam, Lda., Mem Martins, Lisboa, 1987.

CARREIRA, António, *As companhias pombalinas de Grão – Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*, cap. II, editorial presença Lda., 1992.

CARREIRA, António, *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*, 1ª edição, área das ciências sociais e humanas, Mira-Sintra, Mem Martins, 1997.

CARREIRA, António, *Cabo Verde – Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460 – 1878)*, 3ª edição, Instituto de Promoção Cultural, Praia, 2000.

DIAS, Manuel Nunes, *Capitalismo Monárquico Português*, (II Vols.), Coimbra, 1963/4.

FEIJÓ, João da Silva, *Ensaio e Memórias económicas sobre as ilhas de Cabo Verde* (séc. XVIII), Lisboa, 1986.

RIBEIRO, Orlando, *História colonial, primórdios da ocupação das ilhas de Cabo Verde*, Vol. I, Lisboa, 1953.

RUI, Pacheco, et al., Sabatina, *Guia de formação escolar*, Marina editores, L.da, Setúbal, 1997.

SILVA, António Correia e, “Espaço, Ecologia e economia interna” In *História Geral de Cabo Verde*, Vol. I, 2ª edição, Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos (Coord.), edição: Instituto de Investigação Tropical e Instituto Nacional de Investigação Cultura, Praia/Lisboa, 2001.

SILVA, António Leão Correia, *Histórias de um Sahel insular*, 2ª edição Spleen – edições – Praia, 1996.

SENNA, Manuel Roiz Lucas, *Dissertação sobre as ilhas de Cabo Verde 1818*, Anotações e comentários de António Correia, composto e impresso por Gráfica Europam, Lda. Mem Martins, 1987.

VALDEZ, Francisco Travassos, *África Ocidental*, tomo I, Notícias e considerações, impressas por ordem do Ministério da Marinha e Ultramar, Imprensa Nacional, Lisboa, 1864.

VIEIRA, Henrique Lubrano de Santa Rita, *A vila de Assomada*, edição associação dos amigos do concelho de Santa Catarina, 1993.

*Découverte des îles du Cap – Vert*, Archives Historique Nationales (Cap – Vert), A. H. N., Praia 1998.

Dicionário de História de Portugal, VOL. VI, direcção Joel Serrão, livraria figueirinho/Porto, 1990.

Dicionário da língua portuguesa contemporânea da academia das ciências de Lisboa, Vol. II, Editorial verbo 2001.

B. O., n.º 118, Praia, IN, Ano 1845

B. O., n.º 212, Praia, IN, Ano 1849

B. O., n.º 36, Praia, IN, Ano 1850

B. O., n.º 12, Praia, IN, Ano 1853

B. O., N.º 67, Praia, IN, Ano 1844

## **Anexos**

**Elisângela Fernandes Semedo**

**Tema:**

**A urzela e a sua importância na Economia das ilhas de Cabo Verde (séc. XVIII e XIX)**

**Licenciatura em Ensino de História**

**Praia, ISE, Setembro de 2005**



